

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Centro de Ciências Jurídicas – CCJ Departamento de Direito – DIR

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
Nome	DIREITO ADMINI	STRATIVO		
Curso	ADMINISTRAÇÃO			
Código	DIR 7001	N° horas-aula	36	
Ano	2018	Período	1° semestre letivo.	
Dias e horários	Diurno – 3 0820 2 – s Noturno – 6 2020 2 –	0.0— 0.1		
Professora	Dra. Luana Renostro Heinen (<u>luanarheinen@gmail.com</u>) Atendimento aos alunos (agendar): terça-feira 13h30-15h30 e quinta-feira 10h30-11h30			

II - EMENTA

Direito. Administração pública. Ato administrativo. Serviços públicos. Licitações e contratos administrativos. Controle administrativo.

III – OBJETIVOS		
Geral	Apresentar aos estudantes do Curso de Administração os fundamentos do Direito, em especial do Direito Público e do Direito Administrativo, com abordagem teórico e prática que lhes possibilite capacitação para o exercício profissional.	
Específicos	 Compreender conceitos básicos de fundamentação do Direito: Estado, Poder político, sociedade, Direito Público. Identificar o Estado brasileiro como Estado de Direito Constitucional – conhecer as discussões sobre Estado liberal e social. Analisar a estrutura da Administração Pública brasileira. Discutir as competências do Estado, apresentando os serviços públicos e sua regulamentação. Compreender as licitações públicas como mecanismo para a contratação estatal. 	

- Assimilar a importância do Controle da Administração Pública e suas modalidades de exercício – interno e externo (popular, legislativo e judicial).
- Trabalhar as competências atinentes a atuação profissional do Administrador no âmbito estatal e na iniciativa privada em conformidade com as regras de Direito Administrativo.

IV - CONTEÚDO

1 Teoria Geral do Direito

- 1.1 Noções Gerais do Direito: Estado, Poder político, sociedade
- 1.2 Estado de Direito Constitucional
- 1.3 Estado liberal e Estado social
- 1.4 Direito Público e Direito Privado

2 Direito Administrativo e Administração Pública

- 2.1 Origem histórica do Direito Administrativo
- 2.2 Regime Jurídico Administrativo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público
- 2.3 Os princípios constitucionais administrativos
- 2.4 Poderes/ Deveres da Administração Pública
- 2.4.1 Poder vinculado e discricionário
- 2.4.2 Poder regulamentar
- 2.4.3 Poder de polícia

3 Administração Pública Brasileira: estrutura

- 3.1 Centralização e descentralização administrativa. Concentração e desconcentração.
- 3.2 Administração Pública direta e indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, consórcios públicos

4 Atos Administrativos

- 4.1 Noções preliminares: conceito, classificação, perfeição, validade e eficácia.
- 4.2 Atributos e Requisitos dos atos Administrativos.
- 4.3 Revogação, anulação e convalidação.
- 4.4 Desvio de poder: excesso de poder, desvio de finalidade e abuso de poder.

5 Licitações e Contratos Administrativos

- 5.1 Noções preliminares: conceitos, aspectos gerais, aplicação.
- 5.2 Modalidades e tipos de licitações.
- 5.3 Fases da licitação
- 5.4 Regime jurídico dos contratos administrativos.
- 5.5 Cláusulas exorbitantes.
- 5.6 Execução, inexecução, extinção e penalidades.

6 Serviços Públicos

- 6.1 Concessões e permissões.
- 6.2 O regime de remuneração do concessionário.

- 6.3 Posição jurídica do poder concedente e do concessionário.
- 6.4 Posição jurídica dos usuários dos serviços públicos delegados sob concessão ou permissão.
- 6.5 Parcerias Público-privadas.

7 Atuação do Estado no domínio econômico

7.1 Intervenção do Estado na propriedade

	V – FONTES
Bibliografia básica	ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 21. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2013. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito
	Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.
	SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público . 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
Bibliografia complementar	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, estado social e reforma gerencial. Revista de administração de empresas , São Paulo, v. 50, n.1, p. 112-116, jan./mar.2010. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902010000100009 >. Acesso em 21 ago. 2014.
	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
	FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. 6. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015. MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: R. dos Tribunais, 2015.
	MELLO, Celso Antonio Bandeira de Curso de direito administrativo. 30. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.
Legislação	Toda a legislação federal deve ser consultada diretamente no site do Planalto: http://www4.planalto.gov.br/legislacao
	Legislação mais importante para Direito Administrativo:
	Constituição Federal:
	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
	Organização da Administração: Decreto nº 200/67
	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm
	Lei de Processo Administrativo: Lei nº 9.784/99
	http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9784.htm
	Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 8.666/93
	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm
	Licitação – Pregão: Lei nº 10.520/02

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/Leis/2002/L10520.htm

Licitação de Propaganda: Lei nº 12.232/10

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112232.htm

Lei de Serviços Públicos – Concessão e Permissão: Lei nº 8.987/95

http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8987cons.htm

Lei de Serviços Públicos – PPP: Lei nº 11.079/04

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm

Lei dos Servidores Públicos Federais: Lei nº 8.112/90

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm

Legislação do Terceiro Setor: Lei nº 13.019/14

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm

Legislação do Terceiro Setor – OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) Lei nº 9.790/99

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm

Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527/11

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Cursos de Direito Administrativo on-line

ENAP (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) –

Cursos à distância (sem tutoria – gratuito e livre para qualquer pessoa), temas de Administração Pública, Políticas Públicas, Orçamento Público e Direito: http://www.enap.gov.br/pt/web/pt-br/a-distancia

Instituto Legislativo Brasileiro – vinculado ao Senado Federal: https://saberes.senado.leg.br/

Escola do Legislativo vinculada a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC):

http://ead.escola.alesc.sc.gov.br/course/index.php?categoryid=11

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) — Curso sobre Improbidade Administrativa e outros sobre Poder Judiciário: http://www.cnj.jus.br/formacao-e-capacitacao/cursos-abertos

Instituto Serzedello Corrêa (ISC) - escola de governo do Tribunal de Contas da União (TCU): gestão pública e Licitações: https://contas.tcu.gov.br/ead/course/index.php?categoryid=8

Escola de Administração Fazendária – ESAF: http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/cursoseventos/

Escola Virtual da Controladoria Geral da União (CGU): curso sobre transparência — Lei de Acesso à Informação: https://escolavirtual.cgu.gov.br/ead/course/view.php?id=6

VI - METODOLOGIA

Aula expositiva dialogada, primando por apresentar os fundamentos jurídicos do Estado, da política e da atuação da Administração Pública. Buscar-se-á estimular a participação dos alunos nas aulas por meio de questionamentos (método socrático) e apontamentos críticos.

Trabalhos escritos de pesquisa em grupo e apresentações orais poderão ser eventualmente solicitados como metodologia de aprendizagem.

VII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação

1. Provas:

Para fins da avaliação semestral serão aplicadas **duas provas escritas**, com peso e conteúdos abaixo indicados:

- prova 1 aulas das unidades 1,2,3 e 4 valor 10,0
- prova 2 aulas das unidades 5,6 e 7 valor 5,0

A distribuição dos conteúdos (unidades) entre as provas poderá ser modificada na situação de alteração do cronograma constante deste plano de ensino.

2. Trabalhos:

Será realizado um <u>estudo de caso</u> com peso 5 (cinco) a ser computado na nota do segundo bimestre.

No caso dos trabalhos entregues fora do prazo: serão descontados 0,1 pontos por dia de atraso.

3. Prova de substituição:

A substituição das notas relativas à(s) provas(s) não realizada(s) será efetuada através de **prova escrita**, versando sobre o conteúdo da prova não realizada. Não serão substituídas notas de trabalhos.

4. Recuperação:

Haverá, ao final do semestre, uma **prova final de recuperação**, sobre toda a matéria ministrada no respectivo período letivo. Essa prova é obrigatória para os alunos que apresentarem média inferior a 6 (seis). Para ter direito à prova de recuperação é necessário ter média igual ou superior a 3 (três), bem como possuir frequência às aulas de no mínimo 75%. Alunos com média inferior a 3 (três) e/ou frequência insuficiente não terão direito à prova de recuperação, estando automaticamente reprovados.

VIII - CRONOGRAMA

Este cronograma representa a proposta inicial de distribuição das atividades para o semestre letivo. Durante o decorrer do período letivo, havendo necessidade, serão realizadas as adequações necessárias às peculiaridades de cada turma.

DATA	ATIVIDADE
27/02 –	Mesa redonda - Apresentação da disciplina e interação com os alunos. –
DI	Discussão inicial: Estado, Direito, Poder político, Constituição, Estado de Direito,
	Estado Liberal, Estado Social
02/03 - NOT	Unidade 1
	Texto básico: SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público . 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1997, Cap.1 (Regulação jurídica do poder político), Cap. 3 (O Estado social e democrático de Direito) e Cap. 4 (O sujeito Estado).
	Complementar: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método,

	2015, Capítulo 2, itens 1 e 2.
06/03 – DI	Estado, Direito, Poder político, Constituição, Estado de Direito, Estado Liberal, Estado Social
09/03 -	Unidade 1
NOT	Texto básico: SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público . 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1997, Cap.1 (Regulação jurídica do poder político), Cap. 3 (O Estado social e democrático de Direito) e Cap. 4 (O sujeito Estado).
	Complementar: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 2, itens 1 e 2.
13/03 – DI	Unidade 2 – Direito Administrativo e Administração – Regime de Direito Público: Regime Jurídico-Administrativo e Princípios da Administração
16/03 - NOT	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 1 – Direito Administrativo e Cap. 5 – Princípios Fundamentais.
20/03 – DI	Unidade 2 – Direito Administrativo e Administração – Poderes da Administração – Poder de polícia
06/04 - NOT	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 6 – Deveres e Poderes Administrativos.
27/03 –	Unidade 3 - Administração Pública Brasileira: estrutura – Centralização e
DI 13/04 -	descentralização, Administração Pública Direta e Indireta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista
NOT	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 2, item 4 – Organização Administrativa; item 4.7 – Entidades em espécie.
03/04 – DI	
20/04 - NOT	Avaliação escrita 1
10/04 – DI	Unidade 4 – Atos Administrativos – conceito, atributos e requisitos, Revogação, anulação e convalidação, Desvio de poder
27/04 - NOT	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 8, Atos Administrativos.
17/04 – DI	Unidade 5 – Licitações
04/05 - NOT	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 10, Licitações.
24/04 – DI	Unidade 5 – Licitações
11/05 - NOT	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 10, Licitações.
08/05 -	Unidade 5 – Trabalho: Edital de licitações – o trabalho será realizado em sala. Os

DI	estudantes devem trazer a legislação (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02)
18/05 - NOT	impressa ou consultar no computador/tablet/celular.
15/05 –	Unidade 5 – Contratos Administrativos
DI 25/05 - NOT	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 9, Contratos Administrativos.
22/05 –	Unidade 6 – Serviços Públicos
DI	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo
08/06 - NOT	descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 11, Serviços Públicos
29/05 –	Unidade 6 – Serviços Públicos
DI	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo
15/06 - NOT	descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 11, Serviços Públicos
05/06 – DI	Unidade 7 – Atuação do Estado no domínio econômico
	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 16 – Intervenção do Estado na propriedade.
12/06 -	
DI	Avaliação escrita 2
22/06 -	
NOT 40/00	Drove de cubatituição comente no novieda diversa (à c.0500)
19/06	Prova de substituição – somente no período diurno (às 8h20)
26/06 – DI	Prova de recuperação – Encerramento da disciplina
29/06 - NOT	